



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO
GRADUAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR EM TURISMO**

**BANDEIRA AZUL E A CERTIFICAÇÃO DAS PRAIAS BRASILEIRAS: UM BREVE
OLHAR A PARTIR DA SUSTENTABILIDADE**

BRASÍLIA-DF

2019



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO
GRADUAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR EM TURISMO**

ADRIANA OLIVEIRA FONSECA

**BANDEIRA AZUL E A CERTIFICAÇÃO DAS PRAIAS BRASILEIRAS: UM BREVE
OLHAR A PARTIR DA SUSTENTABILIDADE**

Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo – CET, da Universidade de Brasília – UnB, como parte das exigências à obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

Orientação: Prof^a. Ms. Livia Cristina Barros da Silva Wiesinieski.

BRASÍLIA-DF

2019

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO
GRADUAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR EM TURISMO**

Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo – CET, da Universidade de Brasília – UnB, como parte das exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

BANDEIRA AZUL E A CERTIFICAÇÃO DAS PRAIAS BRASILEIRAS: UM BREVE OLHAR A PARTIR DA SUSTENTABILIDADE

ADRIANA OLIVEIRA FONSECA

Brasília-DF, 03 de Junho de 2019

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a M^a Lívia Cristina Barros da Silva Wiesinieski (CET/UnB)

Avaliadora Interna: Prof^a Dr^a Natália de Sousa Aldrigue (CET/UnB)

Avaliadora Externa: Prof^a Dr^a Iara Lucia Gomes Brasileiro (CET/UnB)

Suplente: Prof^a Dr^a Marutschka Martini Moesch (CET/UnB)

AGRADECIMENTOS

Dedico todo meu esforço a minha mãe Darc, que é a representação de mulher batalhadora, que me ensinou a valorizar a vida e o que ela me traz de forma singela e a entender e saber respeitar meus limites e ser uma boa pessoa e ao meu pai que juntos não deixaram me faltar nada, desde educação, comida, casa a várias outras coisas. Agradeço a minhas irmãs, Andréia e Amanda, que me apoiaram durante a escrita desta monografia, mesmo uma estando distante, por meio de palavras de incentivo e principalmente em um momento em que nossa família sofreu alguns impactos da vida. Ao meu primo Igor, que me acordava de manhã para fazer o trabalho de forma animada e não me deixava desistir, aos meus gatos, que apesar de me distraírem, me deixavam tranquila e descontraída quando eu retornava às atividades. Minha família que sempre ao visita-los me deixavam animada e faziam companhia à minha mãe para eu conseguir ir à UnB estudar.

Meus amigos, Andressa, Bernardo, Ana Clara, Leonardo (Dohen) Marília e Thais que são meu ponto de equilíbrio, que sempre me ouvem e suportam meus surtos (e não são poucos), que me ajudam em momentos difíceis e estão comigo nos melhores momentos também. Sou grata pelas eternas amizades que fiz durante a minha graduação na UnB, especialmente por ter conhecido o Fylype Monimo (que todos achavam que era o sobrenome), Camila Bellini, Schemberly Bueno, João (Rei do Gado), Liandra, Pedrosa, Nair e Alyne, que me deram coragem para seguir em frente, sempre animando dentro e fora da aula. Sem eles, talvez eu nem estivesse finalizando o curso, dividindo momentos de dificuldades, *stress* por conta de trabalhos, e vários de felicidade e sempre terão espaço em minha vida. Agradeço também aos amigos que passaram por mim ao decorrer do curso, que mesmo que fosse por um semestre foram importantes na minha formação. Aos professores, que compartilharam seu conhecimento, incentivando a buscar alternativas melhores para construir o curso e meu senso crítico, especialmente aos professores, Iara Lucia, Ana Rosa, Marutschka Moesch, Mara Flora, Jurema (mesmo que só por um semestre, sempre serei grata aos conselhos e entendimentos) e Luiz Spiller. Agradeço a minha orientadora, professora Lívia Barros, que me ajudou a entender e dar um curso a minhas ideias, e disponibilizou seu tempo para me ajudar, sempre paciente, por conta de alguns sumiços meus e sempre trazendo conteúdo relacionado que me esclareciam melhor sobre o assunto.

RESUMO

O turismo, por ser uma atividade que proporciona encontros, troca de conhecimento e costumes, gera transformações e muitas vezes impactos negativos. No segmento de sol e praia não é diferente. Além disso, a existência de poucas políticas públicas voltadas a este segmento fragiliza a preservação destas áreas e leva a ações de mitigação individualizadas. Atualmente, o governo realiza alguns projetos focados na sustentabilidade e limpeza das praias e há certificações que ajudam a manter as praias limpas, promovendo a sustentabilidade a partir do envolvimento da população e dos usuários da praia. O objeto de estudo deste trabalho é a certificação Programa Bandeira Azul, criado pela Fundação para a Educação Ambiental (FEE) em 1985, com a missão de promover e participar de programas de educação ambiental para os usuários de praia que são premiadas, monitorar condições ambientais para reduzir o impacto da atividade humana nas praias, implementar sistemas sólidos de segurança e gestão ambiental e comprometer-se com parcerias e ações colaborativas para promover o desenvolvimento sustentável do turismo. O presente trabalho tem como objetivo analisar as dimensões de sustentabilidade presente na certificação Bandeira Azul. Para isso utilizará metodologia qualitativa com interpretação dos critérios citados pela Bandeira Azul considerando as dimensões da sustentabilidade do Ignacy Sachs. Resultando em determinados pontos dos critérios requisitados pelo programa e dimensões de sustentabilidade do Sachs a integrarem e os relacionarem como boa forma de mitigar impactos causados pelo turismo de sol e praia.

Palavras Chave: Turismo, Brasil, Bandeira Azul, Sustentabilidade.

ABSTRACT

Tourism, for being an event that provides encounters, exchange of knowledge and customs, generates transformations and often negative impacts. In the segment of sun and beach is no different. In addition, the existence of few public policies aimed at this segment weakens the preservation of these areas and leads to individualized mitigation actions. Currently, the government carries out some projects focused on the sustainability and cleanliness of beaches and there are certifications that help keep beaches clean, promoting sustainability from the involvement of the population and beach users. The object of study of this work is the Blue Flag Program Certification, created by the Foundation for Environmental Education (FEE) in 1985, with the mission of promoting and participating in environmental education programs for award-winning beach users, monitoring environmental conditions to reduce the impact of human activity on beaches, to implement sound environmental safety and management systems and commit to partnerships and collaborative actions to promote the sustainable development of tourism. The present work aims to analyze the sustainability dimensions present in the Blue Flag Certification. For this, it will use a qualitative methodology with interpretation of the criteria cited by the Blue Flag considering the sustainability dimensions of Ignacy Sachs. Resulting in certain points of the criteria requested by the program and dimensions of sustainability of Sachs to integrate and relate them as a good way to mitigate impacts caused by sun and beach tourism.

Keywords: Tourism, Brazil, Blue Flag, Sustainability.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ASCOM	Assessoria de Comunicação Social
ECP	Esquema de Certificação de Praias
EUA	Estados Unidos da América
FEE	Fundação para a Educação Ambiental
IAR	Instituto Ambientes em Rede
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IUOTO	União Internacional de Organizações Oficiais de Viagens
MTUR	Ministério do Turismo
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
SEMART	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais
SEMAS	Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente
UK	Reino Unido
WCED	World Commission on Environment and Development
WFF	WorldWide Fund for Nature

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	29
TABELA 2	40

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. HISTÓRIA DO TURISMO E O SEGMENTO DE SOL E PRAIA	13
1.1. TURISMO DE SOL E PRAIA E O TURISMO DE MASSA – UMA APROXIMAÇÃO DA REALIDADE BRASILEIRA.....	16
1.2. TURISMO SUSTENTÁVEL E A OCUPAÇÃO DA COSTA BRASILEIRA	19
2. METODOLOGIA E O CAMINHO PARA A CERTIFICAÇÃO DAS PRAIAS	22
2.1. MODELOS DE MITIGAÇÃO DE IMPACTOS NEGATIVOS E A CERTIFICAÇÃO.....	24
2.2. LIMITES E OPORTUNIDADES DA CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL.....	26
2.3. PROGRAMAS DE CERTIFICAÇÃO COSTEIRA	28
3. AVANÇANDO NA DISCUSSÃO SOBRE OS CRITÉRIOS DE CERTIFICAÇÃO PROPOSTOS PELA BANDEIRA AZUL	32
3.1. RESULTADOS DA ANÁLISE DOCUMENTAL	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS	44

INTRODUÇÃO

Ao falar sobre turismo, pensamos em conexões, conhecer pessoas, lugares, costumes, culinária, entre outros - cada cidade com suas particularidades. Quando bem planejado o turismo tende a ter uma ótima alternativa tanto para os visitantes quanto para os que residem no destino. Entretanto no caso de turismo de sol e praia, mais conhecido por ser um turismo de massa, não é o que se observa. Com frequência as cidades praianas enfrentam superlotação, especulação imobiliária e crescimento desordenado, às vezes impedindo usuários de entrar em certas áreas da praia em função da poluição.

A temática deste estudo torna-se importante, pois nos dias de hoje podemos notar que os efeitos das mudanças climáticas estão cada vez mais fortes e rápidos. Contudo, as pessoas, quando se preocupam com o meio ambiente, geralmente, têm pensando nele somente como o das árvores e água, por exemplo, negligenciando outros ecossistemas como o ambiente marítimo mesmo que, por muito tempo tenha sido intitulado como o “pulmão do mundo” de acordo com o cientista Gilvan Sampaio (NINNI, *apud* SAMPAIO, 2011). No entanto, tanta importância não parece ser suficiente para barrar a marcha da destruição que os seres humanos estão provocando. Uma das contribuições para esse estado vem do segmento de turismo, com seu lixo gerando destruição e modificação nos habitats, entre outras ações destrutivas.

A escolha por este tema se deu por conta de preocupação pessoal acerca dos impactos negativos causados nas costas brasileiras pelo turismo de sol e praia, e busca apresentar limites e dispositivos de certificações que poderão ser uma boa oportunidade para os empreendimentos e praias brasileiras terem uma forma de mitigar os impactos causados pelo segmento. O objeto de estudo é o Programa Bandeira Azul, que por ser uma certificação reconhecida internacionalmente e existir em vários países, aparenta ser um bom início para mudanças de comportamento nas atividades desenvolvidas no ambiente marítimo, e também por sua preocupação não somente com a questão natural, mas, também, com aspectos sociais. Mediante essas informações este trabalho tem por principais objetivos:

Objetivo Geral

- Analisar os critérios do Programa Bandeira Azul sob as dimensões da sustentabilidade propostos do Ignacy Sachs.

Objetivos Específicos

- Identificar a história do turismo de sol e praia no mundo e no Brasil;
- Mapear certificações de praias existentes
- Identificar os critérios utilizados pela Bandeira Azul e como podem se encaixar nas praias brasileiras.

A metodologia utilizada foi a da pesquisa qualitativa, com caráter exploratório para conseguir conceber e entender melhor o tema apresentado e análise de documentos que melhor discorrem sobre o assunto, tanto do turismo quando das certificações. Por meio de levantamento bibliográfico de autores importantes ao tema, como Doris Ruschmann, Reinaldo Dias e Eduardo Yázigi.

O trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro apresenta o arcabouço teórico, no qual o tema é abordado a partir da história do turismo, os seus significados, os impactos causados por ele, tanto positivos quanto negativos. Traz, também, o segmento do turismo de sol e praia, e relata como se deu no Brasil e como ele se relaciona com o turismo de massa e mostra uma forma de contrapor essa relação, por meio do turismo sustentável. Por fim, apresenta o conceito de turismo sustentável e as dificuldades em se ter um modelo único que atenda às necessidades da Costa Brasileira.

O segundo capítulo trata da metodologia utilizada para realizar o trabalho, nome de importantes autores que corroboram as teorias aqui apresentadas, apresentada de forma simples as dimensões de sustentabilidade do Sachs e informações sobre os planos nacionais de turismo acerca de certificações. Além da metodologia são apresentados modelos de mitigação de impactos negativos, os limites e as oportunidades das certificações e sua importância. Trago países que utilizam programas de certificação costeira, explicação breve sobre o que cada um tem como missão e, para finalizar o capítulo traz o programa Bandeira Azul, como uma oportunidade para a certificação de praias brasileiras e os avanços que já foram feitos.

No terceiro e último capítulo, o trabalho traz uma análise dos critérios exigidos pelo programa Bandeira Azul e discute como se encaixam nas dimensões de sustentabilidade propostas por Ignacy Sachs. Por fim, nas Considerações Finais, retomam-se os objetivos do trabalho, explicando se os mesmo foram atingidos e a finalização do presente trabalho.

CAPÍTULO 1. História do turismo e o segmento de sol e praia

O turismo é uma atividade que movimenta grande quantidade de pessoas, gera empregos, proporciona troca de experiências, de vivências e aproxima culturas. Desde a antiguidade são encontrados relatos que demonstram a movimentação de pessoas por diversas motivações, como por exemplo, os jogos olímpicos por volta de 800 a.C., em Olímpia. Na ocasião, as pessoas viajavam para a Grécia nos dias de jogos. *Havia multidões de vendedores de comidas, de vinho e de suvenires que surgiam nesses cinco dias de jogos* (WOLF, 1999 *apud* DIAS; AGUIAR, 2002, p. 41). Para atender a demanda desses viajantes foram criadas acomodações e estradas que facilitaram a locomoção.

Durante a Idade Média os “turistas” que se aventuravam desafiavam os espaços ainda não explorados. Seja em busca de especiarias, estudos ou até mesmo para distração, as viagens vão ganhando força. Após alguns anos, as condições de viagem foram se modificando, e a criação de ferrovias foi grande marco nessa transformação, facilitando o acesso (custo e tempo) e a comodidade para se viajar.

“A ferrovia alterou para sempre a economia, a sociedade e a política, revolucionando a geografia mental e, pela primeira vez na história, os seres humanos realmente tiveram mobilidade e, conseqüentemente, expandiram seus horizontes” (DRUCKER, 2001 *apud* QUEVEDO, 2007, p.21).

Thomas Cook foi um dos pioneiros a estruturar as viagens como um produto a ser ofertado, reservando hotéis, restaurantes e passeios, transformando a viagem em algo acessível para várias pessoas, por conta dos preços, convencendo as empresas a reduzir tarifas por um retorno maior dos passageiros. Em 1841 organizou uma viagem de trem para os participantes de um congresso antialcoólico entre as cidades de Longorough e Leicester e em 1845 organizou a primeira excursão para o litoral. A principal contribuição de Thomas Cook para o turismo foi à organização da viagem completa – transporte, acomodação e atividade ou satisfação, em um novo e desejado destino – o verdadeiro produto do turismo. Essa ideia foi difundida por toda a Europa e América e, a partir dessa inovação, a imagem das viagens, de algo que só se fazia se houvesse como objetivo, estudar ou descobrir algo, passasse a ser, também, para lazer e entretenimento.

A revolução industrial do mesmo modo que as ferrovias e a excursões foram um marco para a transformação no jeito de se pensar as viagens, *com a revolução industrial chegaram à urbanização e as horas de trabalho limitadas* (DIAS; AGUIAR, 2002, p. 45); o ócio passa a ter um valor mais importante e ser um descanso para benefício do empregado. *Com a chegada do ócio organizado, chegou o desejo de diversão durante esse tempo livre* (DIAS; AGUIAR, 2002, p. 47). A evolução das máquinas e inovações tecnológicas acarreta melhoria na condição de trabalho e a organização no tempo livre, dá impulso ao interesse da viagem.

Com o *boom* econômico e as mudanças nas leis trabalhistas e as férias sendo “parte” necessária do trabalho, o conceito de viagem muda e se torna uma atividade “merecida” pós-trabalho. A resignificação transforma a viagem em algo necessário Yázigí (1999) no século XX. Com a alteração da legislação trabalhista e a legitimação da jornada de trabalho semanal, conseqüentemente a regulamentação dos descansos semanais e férias, observa-se o desenvolvimento do turismo, que antes é entendido e analisado sob a ótica econômica, em função da geração de emprego e renda, e com o passar do tempo ganha-se destaque sob a ótica social e seu papel para o lazer e descanso. De acordo com as recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial do Turismo (OMT) a atividade de lazer é (OMT, 2000, *apud* DIAS, 2008, p.47):

“Lazer, recreação e férias: percorrer lugares de interesse; compras, assistir a acontecimentos esportivos e culturais, atividades culturais e de lazer [...] utilização das praias, cruzeiros, jogos de azar, descanso e recreação das Forças Armadas, acampamentos de verão, lua de mel;”

Um marco importante na história do turismo no Brasil está associado à mudança da Corte Portuguesa, no início do século XIX, a Corte chega ao Brasil o que faz com que ocorra um desenvolvimento urbano grande, mais precisamente do Rio de Janeiro, crescendo a demanda por estabelecimentos que fazem parte da cadeia turística, como hotéis, restaurantes e de transportes. Em 1858 é inaugurado o primeiro trecho ferroviário no Rio de Janeiro. Em 1885, constrói-se uma ligação de trem ao Corcovado sendo então o primeiro atrativo a receber melhorias com recursos públicos no Brasil. Nessa época o Rio de Janeiro já contava com mais de duzentos estabelecimentos que podem compor o turismo, como hotéis e restaurantes. Em 1927 a empresa aérea Lufthansa cria no Brasil a *Condor Syndicat*

que mais tarde daria origem à Varig, (BARROS, 2009) e só em 1966 o governo cria instrumentos de regulamentação da atividade, uma política nacional de turismo.

Os impactos ambientais ganharam mais destaque e tornaram-se pauta durante a assembleia da União Internacional de Organizações Oficiais de Viagens (IUOTO) em 1960, quando ocorre a conferência internacional das Nações Unidas. Esse fato é importante, pois foi a primeira vez que se colocou o turismo na agenda internacional e se estabeleceu seu papel na economia mundial. As discussões crescem com o passar do tempo e após a identificação de impactos negativos, não apenas no turismo, mas também no consumo desenfreado de outros setores, se tem início a consciência dos danos causados pelo uso inadequado dos recursos renováveis ou não renováveis.

Em 1974 foi criada a Organização Mundial do Turismo (OMT) com o objetivo de promover e desenvolver o turismo. Em 1982, a OMT e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), firmaram uma declaração sobre o turismo e meio ambiente que se tornam importantes, pois nela se estabelece a necessidade de conscientização quanto aos impactos negativos causados pelo turismo, como por exemplo, as águas e florestas que podem ser poluídas, os espaços sem infraestrutura adequada e sem capacidade para receber tanta gente, a derrubada de florestas para construção de empreendimentos, as paisagens que são berço do turismo de sol e praia sendo modificadas, os animais sendo tirados de seu habitat para fotos, entre outros.

Segundo a Organização Mundial de Turismo (1994), o turismo engloba as atividades do viajante que se desloca para um lugar fora de seu entorno habitual, por período inferior a um ano, e com propósito principal diferente do exercício de atividade remunerada por entidades do local visitado. No Brasil, o turismo promove uma pluralidade de locais/culturas que possibilitam um fluxo de turistas com motivações diversas. Em 2017 o país recebeu cerca de *1.322 bilhão de viajantes internacionais, o que significa um aumento de 7% com relação a 2016, representando o melhor resultado em sete anos* (OMT, 2018, *apud*, Brasil, 2018, p. 22). Em relação ao turismo doméstico, *de acordo com as análises da Organização*

Mundial do Turismo, calcula-se que o turismo interno é dez vezes maior que o volume do turismo internacional. (Brasil, 2018, p. 36).

Para o Ministério do Turismo (MTUR, 2018, p. 305) o turista internacional que viaja com o intuito de se ter lazer no Brasil, corresponde a 58%. Destes, 72% escolhem as praias para visitar. Os estados com maiores números de visitação são: Rio de Janeiro, Santa Catarina, e São Paulo. Ao analisar os números é possível ver que a praia é um dos destinos turísticos principais para usufruir o lazer. Dias afirma (2003, p. 62) que “o turismo de sol e praia é o de maior intensidade no país” o que faz com que se torne importante fator de contribuição econômica e social já que o clima é propício e diversificado durante todo o ano.

1.1. Turismo de sol e praia e o turismo de massa – uma aproximação da realidade brasileira

Com mais de 7,400 km de costa marítima, o Brasil reafirma sua atratividade no segmento sol e praia e se torna um dos destinos mais procurados. Historicamente as viagens para praia eram prioritariamente feitas para revitalização e cura, a águas que atendiam a fins terapêuticos. Segundo Rodríguez Míguez (2001, *apud* BONFADA *et al*, 2011, p. 2)

“El agua es, seguramente, el medio más antiguo de tratamiento. Estas curas se relacionan con los desplazamientos humanos a lo largo del desarrollo turístico. Pero, aunque el término turismo de salud haya surgido en los años 1970 (San Pedro Martínez 2004), la motivación es mucho más antigua. Brenner (2005) añade que en la actualidad, cuando se vive la realidad del turismo masificado de sol y playa, el turismo de salud resurge como una alternativa al turismo tradicional”

As atividades de veraneio ocorriam em estâncias termais ou em balneários marítimos, priorizando a cura de doenças. Por isso, eram monitoradas, pois a exposição ao sol e bronzeamento não eram bem quistos, já que as pessoas poderiam ser confundidas com aquelas trabalhavam ao ar livre. Somente no século XIX, na Europa, *por meio dos spas, do iatismo, dos bailes e dos passeios à beira-mar* MTUR, (2010, p. 13), o papel de segunda residência é atribuído às praias. O transporte facilita o acesso às cidades litorâneas e a praia deixa de ser somente usada por classes mais ricas e se torna popular.

Bernardo de Abreu, um dos pioneiros do século XIX ao realizar viagens organizadas para a América do Sul, principalmente ao Brasil, a partir da cidade do Porto, em Portugal, vendia passagens de navio e providenciava a documentação a portugueses, em 1840. Em meados de 1900, a agência de Thomas Cook desembarcou com sua primeira expedição no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. O processo de crescimento do chamado Turismo de Sol e Praia começou no século XX, quando o país, na tentativa de se modernizar olha para a Europa em busca de modelos de civilização e passa a adotar padrões de consumo e de modelos de férias, como o veranismo. Com construções de segundas residências no litoral, nos anos 1970, o segmento de sol e praia se consolida no Rio de Janeiro e se expande para outras áreas das regiões Sudeste e Sul e, posteriormente, para todo o litoral brasileiro. (MTUR, 2010, p. 15).

Anteriormente, a dificuldade estava no fato do longo tempo de deslocamento, as viagens tinham pouco conforto, custos elevados, a necessidade de modernização dos espaços para receber turistas e a criação de estradas. Ao fazer essas mudanças, amplia-se a acessibilidade e a atividade antes considerada de padrão superior, converte-se à “banalização” que é o turismo de massa, colocando todo tipo de pessoa para interagir no mesmo ambiente.

Para Reinaldo Dias (2002) o turismo de sol e praia está associado ao turismo de massas que é um dos segmentos mais difundidos. Para o Ministério do Turismo (2010, p. 14) este segmento *“constitui-se das atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor.”* A integração e associação ao turismo de massa desencadeiam conflitos nessa área, desde poluição ao meio ambiente a grandes empresas tomando espaço de locais e modificando a aparência das paisagens.

Nesse sentido, é importante destacar que apesar de impactos positivos, como geração de renda e a possibilidade de integrar/socializar várias pessoas nesse âmbito, é inegável que a influência da presença humana no que tange o meio ambiente, os impactos negativos, se faz necessário buscar ações para diminuir os prejuízos referentes a esta interação. Como dito por Wearing e Neil (2001), *“Foi*

amplamente reconhecido que os turistas convencionais, quando em férias tendem a apresentar uma atitude menos consciente em relação ao meio ambiente”. Sendo assim, levando o uso dos locais até sua capacidade máxima e quando há a depreciação do ambiente, o sujeito apenas vai à procura de um novo local limpo e pronto para recebê-lo. Segundo Xavier (2006, p. 3):

O turismo de massa causa na população uma sensação de lucro fácil. E quando a mesma não tem preparo para iniciar esta atividade, se deixa levar pelo paradigma do turismo relacionado ao lucro rápido. Só que aos poucos com a saturação do local o turista troca imediatamente de destino, deixando a população em uma difícil situação, já que o seu meio foi “destruído” e não existe um preparo para outras atividades como não houve para o turismo.

Urry (2001) retrata as consequências do turismo de massa como um turismo que tem por objetivo *“desvendar todos os lugares que, um dia, ofereciam repouso e tranquilidade, encantamento e beleza [...] a uma multidão cheia de dinheiro, está literal e irrevogavelmente destruindo-os”* (2001, *apud* Urry, 1961, p. 66). No caso do turismo de sol e praia, que geralmente é associado ao turismo de massa, vemos muitos impactos gerados, e como não é algo que costuma ser planejado anteriormente, *“pois a ocupação se deu de forma desordenada em quase todo litoral”* (Dias, 2008, p. 62) dispendo de uma infraestrutura inferior. Alguns dos problemas causados pelo excesso de visitantes são: poluição, destruição e modificação do habitat, entre outras ações destrutivas. De forma poética Carlos Cardoso (1999, p. 15) cita consequências deixadas pelo turismo:

“É aqui, na beira do mar, que os restos da civilização consumista se encontram com a eterna imensidão da vida. Caminho livremente sobre a espuma das ondas- mas há copos vazios de iogurte avançando e recuando na linha da maré. A beleza do pôr-do-sol ilumina, generosamente, um vidro de geleia abandonado; e uma garça branca conclui um voo mágico ao pé de uma lata de óleo de milho enferrujada”.

O turismo por ser uma atividade que estimula a interação e proximidade entre as pessoas permitindo experiências e vivência demanda estudos sobre o comportamento do consumidor de turismo de forma a possibilitar maior assertividade nos processos decisórios assim como as ocupações no mundo são mutáveis o comportamento dos turistas não são constantes, pois as decisões são influenciadas pelo meio em que se está inserido e variam de como você vai tendo experiências de

vida. De acordo com Solomon (2016. p.6) *“Às necessidades e os desejos a serem satisfeitos variam de fome e sede a amor, status ou realização espiritual”*.

Essas interações entre o consumidor e o morador nem sempre são enriquecedoras, pois com o turismo de massa, o interesse em se conhecer os hábitos e costumes às vezes se torna nulo. *“Na maioria dos casos, o encontro segue a lógica de um clichê, é artificial e enganador”* (2009, Krippendorf, p.87). O que descanso de um é trabalho do outro, são desejos que se contrapõe e pode acarretar revolta ou isolamento/distanciamento do morador para o turista.

Assim, a massificação da viagem, a organização racionalizada e o desenvolvimento padronizado impedem mais uma vez as relações calorosas e qualquer tipo de troca intelectual. Contatos tão superficiais não resultam em nada mais do que sorrisos comerciais e polidez estéril. (2009, Krippendorf, p.88)

Assim como o comportamento humano, outras variáveis que impactam o turismo de sol e praia, acarretando um forte desequilíbrio, sendo a sazonalidade e a balneabilidade, que apesar de estar ligado a fatores humanos também se encontra com fatores externos, como navegações/embarcações e as próprias correntes marítimas que não se limitam tais como as praias e as águas que se misturam.

Com a sazonalidade são registrados grandes números de turistas gastando e elevando preços ou poluindo ambientes, outrora com baixa não sustentando o que foi criado para alta temporada, fechando comércios, a falta de infraestrutura básica que seja capaz de receber todos turistas (e até moradores), a sazonalidade pode ser definida por *“com maior ou menor intensidade, são declaradamente conhecidas as oscilações do mercado turístico ao longo do ano, a partir das quais se definem diferentes temporadas para um empreendimento turístico – épocas alta, baixa e média.”* (Castro *apud* Jang, 2004; Lee et al., 2008) fazendo com que surja a necessidade e a importância de diversificar os segmentos na área para os impactos não serem tão perceptíveis.

1.2. Turismo sustentável e a ocupação da costa brasileira

É válido ressaltar que a praia é área de bem comum do povo, sendo garantido o seu livre e franco acesso a elas e ao mar. (Art. 10 da Lei no 7.661/88). O que torna

difícil conferir atributo pago a praia, como forma de punição a aqueles que impactam severamente o ambiente. De acordo com Ruschmann (2012) o meio ambiente é a base econômica da atividade turística e apresenta oportunidades e limitações. E assim sendo como consta no Relatório Brundtland¹, de 1984 e que foi difundido na Rio - 92 para melhoria do que estava ocorrendo no mundo, o crescimento desenfreado sem se preocupar com a escassez de produtos naturais veio o desenvolvimento sustentável que ficou definido por:

“Desenvolvimento sustentável é a atividade que harmoniza o imperativo do crescimento econômico com a promoção de equidade social e a preservação do patrimônio natural, garantindo assim que as necessidades das atuais gerações sejam atendidas sem comprometer o atendimento das necessidades das gerações futuras.” (MTUR - Brasil, 2007, *apud* Brundtland, 1984, p.20)

Estabelecendo para uma parcela da sociedade que seria necessário começar a elaborar situações ou leis para mitigar os impactos negativos da nossa geração.

Para diferenciar de modelos antigos do turismo, onde era exaltado o turismo exploratório e de massa, vemos, na atualidade modelos que se contrapõem, como o turismo sustentável, responsável ou ecoturismo, que acaba por revelar uma capacidade mais consciente dos turistas. A questão de sustentabilidade vem crescendo em vários setores, como o setor econômico, de educação entre outros e o turismo também passa a se modificar.

O turismo sustentável e o ecoturismo são propostas que sugerem a utilização do ambiente de forma mais cuidadosa, racional de forma a promover o equilíbrio entre o ambiente e o turista, que a paisagem está lá para ser observada e não para que o turista tire todo proveito até que se esgote e que seja bom para o morador e o visitante. De acordo com a OMT (MTUR- Brasil, 2006, *apud* OMT 1995, p. 10) o turismo sustentável deve ser:

¹ O relatório Brundtland, é o documento intitulado Nosso Futuro Comum, publicado em 1987, após dezenas de reuniões da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, liderada por Gro Harlem Brundtland e composta por especialistas de diversas áreas. O relatório foi o primeiro a trazer para o discurso público o conceito de desenvolvimento sustentável.

“(…) ecologicamente suportável em longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente eqüitativo para as comunidades locais. Exige integração ao meio ambiente natural, cultural e humano, respeitando a fragilidade que caracteriza muitas destinações turísticas”.

E o ecoturismo é um segmento que faz uso de forma sustentável, “o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.” (2006, OMT, p. 9) Noronha (2013) afirma que o “turismo sustentável rege pelos princípios de minimizar os efeitos negativos causados pelo turismo sobre o meio ambiente e utilizar as receitas vindas do turismo para ajudar a proteger os recursos naturais das populações receptoras”.

Apesar de usarem ou terem várias interpretações, dificultando o que de fato pode ser feito, ter como base o turismo planejado promovendo e gerenciando todos os recursos que podem estar relacionados ao turismo para que as necessidades econômicas, sociais e ambientais possam ser satisfeitas sem ocasionar grandes impactos à integridade cultural, a diversidade da fauna e flora, e aos ambientes sociais já apresenta uma melhoria do turismo massificado que é visto no segmento de sol e praia. Mostrando assim importância de todas as esferas que compõem este segmento do turismo de estar em sintonia vivendo o uso compartilhado e respeitoso dos territórios para potencializar os benefícios ao local e minimizar os desgastes e prejuízos.

Apesar dessas diferenças, há percepção de mudança no usufruto do turismo, que faz com que os turistas procurem locais planejados e que causem o menor dano ao meio ambiente. Visto que esses novos segmentos, como o sustentável e o ecoturismo tentam trazer um sistema que ajude os *stakeholders*² do turismo, assim como os moradores, por meio de planejamento prévio, resulta-se em uma transformação que instiga o turista em busca de conscientização, o cidadão - morador ou visitante -, passa a ser mais engajado com o meio ambiente em que se está inserido, seja por coerção de outras pessoas, sendo reprimido pelo olhar ou pelo próprio pensamento de que o que se fazia no passado seria errado.

² O *stakeholder* é uma pessoa ou um grupo, que legitima as ações de uma organização e que tem um papel direto ou indireto na gestão e resultados dessa mesma organização.

CAPÍTULO 2. Metodologia e o caminho para a certificação das praias

Para atender aos objetivos deste trabalho, optou-se pela pesquisa qualitativa. Dencker (2007, p. 121) considera que a pesquisa qualitativa pode ser usada em três situações: como uma forma de preencher lacunas que faltam, identificando inconsistências entre a teoria e o resultado que a pesquisa registra ou entre a teoria e o resultado da prática e as verifica. No caso do presente trabalho será utilizada para preencher a lacuna sobre as formas de minimizar os impactos causados pelo segmento de turismo de sol e praia e analisar a certificação Bandeira Azul a partir de critérios de sustentabilidade para saber se é uma boa forma de mitigar esses impactos

O estudo é de caráter exploratório para buscar melhor ambientação com o tema proposto e assim criando o problema de pesquisa e por fim descritivo já que será feito o detalhamento dos fatores que compõem a pesquisa e serão estabelecidos vínculos entre os componentes, mostrando como podem ser úteis se forem usados de forma eficaz. A pesquisa feita por análise descritiva geralmente tende a estabelecer relação entre variáveis ou descrever fenômenos (Dias, 1998, p. 151) são e análise de conteúdo para obter informações sobre o tema.

Durante o levantamento bibliográfico optou-se pelas abordagens de Krippendorff, Reinaldo Dias, Doris Ruschmann, Ignacy Sachs, dentre outros que apresentaram enfoques relevantes para explicar os conceitos de turismo, turismo de massa e sustentabilidade. Utilizaram-se, ainda, documentos disponíveis nos sites oficial do Ministério do Turismo e do programa Bandeira Azul.

A partir da teoria e dos documentos observados opta-se pela análise documental, utilizando o regulamento de certificação das praias pelo programa Bandeira Azul relacionando-os aos critérios propostos por Sachs (2009) considerando oito dimensões. A opção pela abordagem deste autor deve-se à sua relevância dentro da temática.

Os critérios de sustentabilidade apontados por Sachs (2009, p. 85) são oito, sendo eles social, cultural, ecológico, ambiental, territorial, econômico, político – nacional e internacional. Para elaborar melhor as questões será relatado rapidamente sobre eles.

- Social: preza por um alcance razoável de homogeneidade social; distribuição de renda justa, emprego ou autonomia com qualidade de vida decente e igualdade no acesso ao recurso e serviços.
- Cultural: equilíbrio entre a tradição e a inovação; autonomia para elaborar projetos nacionais integrados e endógenos.
- Ecológico: limita uso de recursos não renováveis e preserva o potencial do capital da natureza na produção de recursos renováveis.
- Ambiental: respeita e dá ênfase a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.
- Territorial: o urbano e rural balanceado; melhoria no ambiente urbano; criação de estratégias para desenvolvimento ambientalmente seguro em áreas ecologicamente frágeis.
- Econômico: a economia intersetorial equilibrada; segurança alimentar; capacidade de modernizar os instrumentos de produção continuamente; nível razoável de autonomia em pesquisas científica e tecnológicas.
- Político nacional: democracia definida em termo de apropriação universal de direitos humanos; desenvolver a capacidade do Estado para implementar o projeto nacional em parceria com todos empreendedores; nível razoável de coesão social.
- Político Internacional: controle institucional efetivo do sistema de internacional financeiro e de negócios; controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; prevenção das mudanças globais negativas; proteção da diversidade biológica; gestão de patrimônio global como herança comum da humanidade.

Essas são alguns pontos das dimensões utilizadas para verificar se há integralidade nos critérios exigidos pela Bandeira Azul para tornar-se uma alternativa de certificação das praias brasileiras, visto que o Ministério do Turismo demonstra interesse em promover iniciativas semelhantes. Desde o primeiro documento sobre o plano nacional do turismo relata-se sobre a necessidade de certificação, no de 2003 a 2007 principalmente sobre empresas, no de 2007/10, a qualificação e certificação de profissionais, o do 13/16 em forma de regular e fomentar os serviços e equipamentos turísticos por meio de classificações e certificações e por fim neste

último 2018/2022 a certificação também é retratada para se conseguir constituir parâmetros para a certificação de empresas e atividades do turismo.

2.1. Modelos de mitigação de impactos negativos e a certificação

Há vários projetos dedicados a reduzir os impactos ambientais causados pelo turismo, desde projetos do governo a pequenos projetos dentro de comunidades e também existem atitudes privadas que podem ser tomadas para aliviar tais impactos, como estudos de balneabilidade que, a depender do resultado, faz com que as praias se tornem impróprias para banho ou a morte de animais que confundem plásticos com seu alimento, como vemos em reportagens frequentes.

Alguns exemplos de projetos que podem mitigar impactos: Projeto Verão Legal, proporcionado pela Secretaria do Meio Ambiente (SEMAS), ocorreu no Pará, tendo como proposta conscientizar os banhistas por meio de palestras e distribuição de panfletos, entrega de sacos de lixo para donos de vendas e atividades lúdicas com crianças como, pinturas de rosto e brincadeiras; no âmbito das comunidades ocorreu durante junções de grupos por meio de eventos que combinam de ir a praia catar lixo, apenas com o propósito de ajudar o meio ambiente; e as atitudes pessoas vão de usar menos plástico, não jogar lixo nas ruas até um consumo mais consciente.

Trazendo outra forma de mitigar impactos negativos causados pelo turismo e que podem ser monitorados temos as certificações que possuem parâmetros a serem seguidas facilitando a percepção se há transformações no espaço ou não, se não houver as mudanças do que é pedido, a empresa perde a certificação ou cai o nível de estrela a depender do programa.

As certificações que podem ser de produtos, serviços ou sistemas, são necessidades observadas no intuito de obter reconhecimento e são geradas por demanda do consumidor. *“Programas de certificação são programas que dependem da resposta do mercado. [...] Eles têm que tomar conhecimento do programa de certificação, da sua importância para a sustentabilidade e para a qualidade de sua própria experiência como turista.”* (WWF - Brasil, 2001, p. 47). Ou seja, para que a cadeia/setores que abrangem o turismo queira se envolver e buscar as certificações

é necessário que o público esteja procurando se comprometer também, ao saber da importância e o porquê de ter a certificação a população passa a exigí-las.

Como já visto acima, a sociedade está em constante processo de mudança e assim sendo transformando seu modo de encarar o turismo, buscando produtos ou locais que tentam ser sustentáveis. Segundo Xavier (2006, *apud* Charon, 2001, p.10), "*os seres humanos são seres sociais influenciados por interação, padrões sociais e socialização.*". A partir disso pode-se notar nas ações de hoje em dia, como por exemplo, canudos biodegradáveis ou de materiais recicláveis que gastem menos tempo para degradar, a transformação na sociedade, preocupando-se cada vez mais com o meio ambiente. Sobre a alteração de padrões e desejos se alterando, o surgimento de novos ambientes e o requisito da demanda, Dias diz:

O turista se converterá cada vez mais num consumidor seletivo, exigindo níveis maiores de qualidade. Esse aumento das exigências está diretamente relacionado com: Maior acesso a informações verídicas e de qualidade sobre serviços [...]; Maior qualidade dos produtos turísticos [...]; Maior qualidade do meio ambiente, que está relacionado á qualidade de vida. (2008, Dias, p.19)

Com esse poder de escolha cada vez maior, devido o aumento de competitividade, os turistas "obrigam" as empresas a se modificarem.

Para o turismo as certificações geralmente são dadas em forma de logotipos ou bandeiras, que são utilizados/hasteados sinalizando que no local as exigências/demandas estão sendo cumpridas, muito comum ser visto certificações em hotelarias e restaurantes. Para que os usuários consigam diferenciar os produtos que realmente se envolvem com a causa daqueles que só se utilizam do marketing para promover seus destinos.

Para que seja aceito mais facilmente a articulação da sustentabilidade e a certificação é necessária que tenha a ideia de um todo e que haja "*uma noção abrangente e servir de base para determinar diretrizes e critérios adequados às diferentes regiões do país.*" (WWF, 2002, p.18). Algumas ações do Ministério do Turismo já demonstram que há busca recorrente por produtos ou serviços que procurem colaborar com o meio ambiente, como o projeto Passaporte Verde que é um programa que busca estimular a adoção de práticas sustentáveis no turismo. "*O programa busca um relacionamento saudável com a natureza, com as comunidades*

e com a cultura dos destinos turísticos visitados.” (ASCOM/MTUR, 2013). Uma das importantes bases para a certificação é saber diferenciar que para cada local existe um nível que pode alcançar sem perder suas qualidades naturais/culturais e que é necessário respeitar essa diversidade para que haja a possibilidade de implementá-la. Outra razão se daria por meio de reconhecimento nacional/internacional para as empresas e serviços participantes.

2.2. Limites e oportunidades da certificação ambiental

Neste tópico serão discutidas as possibilidades geradas pela certificação, assim como suas limitações e suas dificuldades de implementação tais como a falta de investimento, ou conhecimento. Os agentes que participam desse processo tentam promover as praias de forma imediata para receber os turistas e começar a lucrar, mas esquecem de que é necessário um planejamento prévio e que os resultados muitas vezes só aparecem em longo prazo, acarretando o uso da certificação de forma incorreta, apenas como marketing, esgotando as “reservas/paisagens” dos locais. (Ruschmann *apud* Rosique e barbikere, p. 161).

A certificação por ser algo que exige muitas etapas para a conclusão e investimentos financeiros, pode acarretar o desinteresse em empresas/cidades de pequeno porte, pois encontram dificuldades em estabelecer ou criar esse interesse no consumidor. Tornando a obtenção de certificações “trivial” para as empresas/cidades, pois como visto acima, a certificação geralmente advém de uma demanda.

Oportunidades se dão pela capacidade de adequarem os programas a realidade local. Sendo assim, com o planejamento criado para cada cidade, as certificações devem se atentar às características particulares do ambiente e observar até onde a capacidade de comprometimento do local pode alcançar sem comprometer suas diretrizes (WWF – Brasil, 2001).

A relevância de ter certificação desde o início advém do fato de abrir novas oportunidades no mercado em que se está inserido, seja ele regional/nacional ou internacional, os programas de certificação, de certa modo, possibilitam uma

orientação ao consumidor na hora da escolha de seus produtos/locais de visita, para quem se preocupa há de ser um diferencial, tanto para o ambiente quanto para a vida pessoal.

De forma geral, programas de certificação têm por objetivo orientar o consumidor na escolha de produtos com diferencial ambiental e social, entre outros, bem como motivar empresas a atingir, com responsabilidade, a eficiência na qualidade de produtos e serviços, na segurança do trabalho e na mitigação do impacto ambiental, entre outras atitudes, mediante o cumprimento de padrões e normas pré-estabelecidos. Em retorno, estas empresas certificadas adquirem maior competitividade no mercado por estarem associadas ao selo certificador, obtêm economia nos custos de produção e gestão, maior qualidade nos produtos e serviços, maior aceitabilidade por parte do consumidor e a abertura de mercados internacionais (WWF, 2001, apud Bien, 1999, p. 29).

Uma das questões que dificultam o turismo de sol e praia seguir adiante está relacionada ao fato de que não há, ainda, uma estrutura de aceitação geral de indicadores para realizar pesquisa que mensure o que é o desenvolvimento sustentável, e quais as consequências do turismo sustentável dentro do segmento.

A OMT em 2004 produziu uma lista contendo os principais indicadores para o turismo sustentável (*Core Indicators of Sustainable Tourism*), colocando alguns indicadores base, que facilitam a implementação de diretrizes ou regras que podem ser exigidos em uma certificação. Porém como já foi dito anteriormente deve se respeitar o limite de cada região “*é importante que cada área desenvolva um conjunto de indicadores que considere mais relevante para a sua própria situação*” (WWF- Brasil, 2001 p. 32, apud WTO, 1998, p. 135). Tomando como base os indicadores da OMT e criando suas delimitações, a capacidade de colocar em prática suas ações fica maior.

Sendo três indicadores base, que podem ser aplicadas para todo tipo de turismo e destino e dentro delas podem ser abertas para outras implicações políticas de acordo com as limitações da sua cidade. A primeira seria sobre fazer o uso de forma eficaz dos recursos naturais, que é principal elemento na construção no turismo e ajudar a conservar o meio ambiente e a biodiversidade. A segunda retrata sobre o respeito à parte sociocultural, a autenticidade das comunidades, conservá-las e contribuir de forma intercultural respeitando e entendendo as diferenças entre as comunidades e a última fala sobre providenciar benefícios socioeconômicos,

assegurar que todos os *stakeholders* estejam trabalhando em conjunto e que tenha uma distribuição de forma justa, segurança nos empregos e a contribuição para aliviar a pobreza dando oportunidade a locais. As implicações políticas da agenda do turismo sustentável podem se desdobrar nesses critérios dentro dos três indicadores base. Viabilidade econômica, prosperidade local, qualidade de emprego, capacidade de visitação, controle local, bem-estar da comunidade local, enriquecimento cultural, integridade física, diversidade biológica, eficiência dos recursos e pureza ambiental (WTO – Madri, pg. 18).

Outra barreira se dá em razão das áreas de praia serem controladas por várias empresas próximas além do governo, tornando os locais turísticos não exclusivos ou mal delimitados para realização da fiscalização ambiental. Conforme já citado, há diferentes conceitos sobre o turismo sustentável, dentro desse contexto também existe a distinção entre consciência ambiental (que é algo singular, busca conhecimento e pode apenas ter consciência, mas não fazer nada a respeito) e investimento ambiental (que exige ação), a ação tanto por parte dos consumidores quanto dos empresários. E para que haja uma movimentação maior o turismo precisa aceitar que o envolvimento e os impactos que causam;

A missão é contribuir para que a indústria do turismo no Brasil assuma sua responsabilidade, produzindo impactos positivos para a conservação da natureza e o desenvolvimento econômico das populações, direcionando pró-ativamente rumo à ampla sustentabilidade. (WWF – Brasil, *apud* Salvati, 2001, p.10)

Assumindo a responsabilidade de seus impactos e analisando maneiras de reduzi-los. O mercado turístico, no Brasil, precisa de aprimoramento para conseguir assumir e entregar de forma satisfatória um programa de certificação em turismo sustentável. O programa tem que ter uma boa estrutura para ser sustentável por um bom tempo e assim ganhar confiabilidade para poder prosperar.

2.3. Programas de certificação costeira

Há vários programas de certificação ao redor do mundo, com enfoque de conservar as praias limpas e manter a comunidade local envolvida. Na tabela abaixo há alguns deles:

Tabela 1: Cidades e suas certificações marítimas

Certificação	Bandeira Azul	Certificação Praia Limpa (SEMA)	Blue Wave Certification (EUA)	Seasideaward (UK)	Playa Limpia Sustentable (América Latina)
Estados/ Cidades	Praia do Tombo – Guarujá/SP	Aquiraz	California	North East Lincolnshire Council	Nayarit
	Praia Grande – Governador Celso Ramos/SC	Cascavel	Florida	Southend on Sea	Quintana Roo
	Bandeira Azul	Certificação Praia Limpa (SEMA)	Blue Wave Certification (EUA)	Seasideaward (UK)	Playa Limpia Sustentable (América Latina)
	Lagoa do Peri – Florianópolis/SC	Caucaia	Hawaii	North Tyneside MBC	Tamaulipas
	Praia de Ponta de Nossa Senhora do Guadalupe, Ilha do Frade – Salvador BA	Fortaleza	New Jersey	East Riding of Yorkshire	B.C.S
	Praia do Estaleiro – Balneário Camboriú/SC	Itapipoca	Texas	Wyre Borough Council	Oaxaca
	Praia do Estaleirinho – Balneário Camboriú/SC	Jijoca de Jericoacoara	U.S. Virgin Islands	Swale Borough Council	Jalisco
	Praia de Piçarras – Balneário Piçarras/SC	Trairi	Massachusetts	Cornwall Council	Sonora
	Praia do Perú – Cabo Frio/RJ				

Fonte: Elaborado pela autora, 2019

Para melhor entendimento da tabela acima será apresentado algumas características complementares sobre as certificações das praias.

A Praia Limpa foi criada pela Lei nº 13.892/07, é um programa de governo coordenado pela Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), que concede um selo de certificação ambiental aos municípios que atenderem aos critérios de gestão ambiental, definidos em conformidade com os princípios da legislação ambiental vigente no país. Para participar da certificação, é necessário inscrever-se no site da

SEMA, e seguir o passo- a passo descrito. As praias indicadas pelo município serão avaliadas com base nos indicadores relacionados com os seguintes critérios: Qualidade ambiental da praia, Segurança física dos frequentadores, Proteção dos ecossistemas, Higiene sanitária e Comunicação, educação ambiental e acessibilidade.

Já a Blue Wave Certification é um dos primeiros programas de certificação ambiental de praias dos Estados Unidos, foi criada para ajudar a manter as praias robustas, saudáveis e vibrantes. Os candidatos à certificação podem incluir municípios de praia, conselhos de turismo, associações de proprietários de imóveis, hotéis, resorts e outros que representem uma praia ou destino. O certificado promove a trabalha em cima de 7 éticas da Blue Wave: Não deixe rastros (o que você traz você leva); Mexa seu corpo (ande, corra nade); Não faça trilha nas dunas; Saiba seus limites (nade, surfe de forma segura); Você é o que você come (coma comidas saudáveis); Alimente sua mente (leia um livro); e respeite o oceano. A Blue Wave existe em 21 estados com pelo menos duas praias certificadas em cada.

A *Seaside Award*: Formalmente conhecida como Quality Coast Award, é um programa britânico, e a bandeira tem por plano garantir o esquema padrão nacional para as melhores praias do Reino Unido. Embora as praias do *Seaside Award* possam ser muito diferentes, a bandeira é um símbolo de qualidade que garante que os visitantes encontrem um trecho costeiro limpo, seguro, atraente e bem gerenciado. Com mais de 125 praias certificadas, também é designada para equipar os administradores de praia com um plano de ação de três anos para ajudá-los a manter e melhorar a infraestrutura em sua praia, assim como equipá-los para gerar mais recursos, seguindo critérios de informações, qualidades das águas, desenvolvimento de negócios, segurança e serviços.

Por fim a *Playa Limpia Sustentable* – A Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMARNAT) promove o desempenho ambiental ideal no setor do turismo, através da implementação das melhores práticas ambientais no âmbito do desenvolvimento sustentável. No caso das praias, essas melhores práticas ambientais são implementadas por meio do cumprimento da Norma Mexicana NMX-AA-120-SCFI-2016, que estabelece normas e especificações para garantir a

qualidade de sustentabilidade nas praias, como parte da estratégia para a implementação da norma, estabeleceu o distintivo "*Playa Limpia Sustentable*", que pode ser utilizado pela praia que é certificada com base na norma Mexicana.

Na América Latina, começaram com Bandeira Azul, mas depois cada região foi criando uma norma, 11 países da América Latina já contam com algum tipo de certificação para suas praias. O Brasil, Porto Rico e a República Dominicana adotaram a certificação da Europa, e o Peru também o fez, mas com outro nome, chamado *Ecoplayas*, administrado por órgãos não governamentais. E em 2003, o Uruguai criou o a Esquema de Certificação de Praias (ECP) denominada *Playa Natural*; e em 2005 foi a vez da Argentina que criou a ECP, conhecida como IRAM-42-100; em 2006, o México estabeleceu sua própria ECP mediante a norma NMX-AA-SCFI-2006; (Nacion, 2013)

No Brasil, duas certificações são evidenciadas, bandeira azul e a praia limpa. Contudo, neste estudo, será analisada a presença da sustentabilidade nos critérios da certificação Bandeira Azul, que é um programa operado internacionalmente pela Foundation for Environmental Education (FEE). É um dos mais reconhecidos no mundo de premiações para praias, marinas e embarcações de turismo sustentável. Para conseguir a qualificação da Bandeira Azul, existe uma série de diretrizes sobre o meio ambiente, educacional, segurança e acessibilidade que devem ser feitas e mantidas. *"Iniciativas como a Bandeira Azul são importantes, pois valorizam o que dá certo e o que é bom. É uma ação internacional que visa destacar boas práticas e bons exemplos e é isso que a causa ambiental precisa"* (BANDEIRA AZUL, *apud* Grael, 2019, s.p.).

CAPÍTULO 3. Avançando na discussão sobre os critérios de certificação propostos pela Bandeira Azul

A Bandeira azul será usada neste trabalho, como indicador de sustentabilidade nas praias brasileiras. É um programa fundado pela *Foundation for Environmental Education* (FEE) e, como visto nos capítulos anteriores, premia praias (marítimas e fluviais), marinas e operadores de embarcações de turismo sustentável que estão dentro dos padrões de sustentabilidade que prezam pela segurança, infraestruturas de apoio, bem estar e outras características exigidos por eles que englobam o local e a comunidade em que está localizada. Uma certificação que existe desde 1985, implementada em toda a Europa desde 1987, porém reconhecida como Bandeira Internacional apenas em 2001, antes funcionava somente na Europa.

O Programa Bandeira Azul promove o desenvolvimento sustentável do turismo em áreas marinhas e de água doce. O programa desafia autoridades locais, gestores de praia, de marinas e operadores de barcos de turismo sustentável a buscar padrões elevados de gestão em seis categorias: qualidade da água, gestão ambiental, educação e informação ambiental, segurança e serviços, responsabilidade social e operações responsáveis em torno da vida selvagem. (BANDEIRA AZUL, 2019, s.p)

No Brasil, o programa bandeira azul chegou em 2005, sendo operado pelo Instituto Ambientes em Rede (IAR), com sede em Florianópolis/SC. “O IAR promove ações que visam a conservação dos ecossistemas naturais e o desenvolvimento sociocultural através do exercício da cidadania ambiental.” (IAR - BRASIL, 2019, s.p.) O programa tem de diferencial o fator educacional e participativo da população e entidades locais. É um selo de certificação litorâneo, que tenta unir a informação e a educação para promover a qualidade e melhoria dos ambientes em que estão inseridas. “A criação dos critérios foi realizada após discussão com a Comissão Nacional do Programa Bandeira Azul, formada durante o I Workshop Nacional do Bandeira Azul” (Franco, TecHoje, s.p.). Cada área tem suas especificações e demandas, mas sempre baseadas na defesa e utilização sustentável do meio ambiente. Para se ter a certificação é necessária passar pela fase teste, para ajustar o local, enviar análises de água, entre outros, para isso tem-se as temporadas que podem ser feitos os pedidos de certificação e no Brasil, os pedidos são de acordo com a temporada de mais acesso da região onde se localizam as praias e depois de

análises e fases de testes elas são constantemente monitoradas para o caso de alguma ocorrência natural ou não danificar o local o Operador Nacional deve ser avisado, para saber a gravidade e dar um tempo para que os gestores resolvam as questões, a depender do que for é dado 10 dias para alterar o que não estiver conforme as normas. Caso não haja as alterações no tempo estipulado a bandeira deve ser retirada e as praias devem colocar placas avisando o porquê da retirada.

“O IAR pode, no Brasil, optar por tornar os critérios mais restritivos que internacionais, desde que estes mantenham a mesma filosofia definida nos critérios internacionais. Estes critérios mais restritivos devem ser aprovados pelo Júri Nacional e comunicados ao Júri Internacional.” (Bandeira Azul, 2019, p. 3) Com critérios marcados por (I) quando são obrigatórios e (G) quando considerados guias, ou seja, preferencialmente a ser cumpridos, mas não obrigatórios.

Em 2018 houve um avanço de 10 para 15 praias/marinas ou embarcações no Brasil, um avanço que parece ser insignificante em relação numérica, porém um avanço na prática de algo sustentável e bons costumes. De acordo com o Ministério do Turismo mais 10 praias estão em fase piloto para tentar no ano que vem. Por enquanto Santa Catarina é o estado que mais possui premiações.

O aumento foi de 50% em relação a temporada anterior. O “julgamento” faz a renovação, inclusão ou exclusão dos candidatos que pleiteiam o certificado a cada temporada. Outras 10 praias estão na fase piloto e se preparam para adesão ao programa nas próximas temporadas. (Gurgel, 2018, s.p.)

Como visto no capítulo anterior nas oportunidades a Bandeira Azul vem como um diferencial competitivo, que além de ser um programa reconhecido internacionalmente, é desenvolvido de forma sustentável e se preocupa com o caráter social. Essa preocupação com o social no turismo é ponto chave para que todas as esferas que compõe o turismo consigam ter um equilíbrio. A dimensão social, de acordo com Swarbrooke (2000) no turismo recebe menos atenção do que os impactos ambientais talvez pelo impacto ocorrerem de forma mais lenta, e só começa a ser notado quando a oportunidade de reverter é pequena ou nula.

Vimos que a tendência, com base na América Latina, é buscar uma certificação própria, no Brasil temos o projeto “Praia Limpa”, entretanto para iniciar um processo de cada vez mais ter produtos/serviços certificados, é palpável que se use um que já possui uma boa estrutura e são reconhecidos, sendo assim a Bandeira Azul fica sendo uma boa oportunidade para começar a se rebater os efeitos negativos causados pelo turismo.

Com suas exigências, podendo ser mudadas para atingir e cobrir as necessidades e capacidades de cada praia, a Bandeira Azul se torna uma ferramenta capaz de ser utilizada em vários locais. Pois não há como querer implantar o mesmo modelo para todas as praias, já que cada praia tem partes que são capazes de ser usadas e outras não. Ruschmann (2013, p.123) diz que o relacionamento entre o turismo e o meio ambiente tem-se caracterizado de forma peculiar e que esses aspectos devem ser considerados na hora do planejamento da atividade, para que haja o equilíbrio, tanto entre os usuários e as empresas, que tenham a noção de responsabilidade coletiva, logo o respeito às particularidades e a percepção de coletividade que o programa Bandeira Azul prega o fazem ter outro ponto para colaborar com o equilíbrio do ambiente.

A educação ambiental é outro ponto importante do programa Bandeira Azul, para criar consciência nos turistas ou locais, assim prolongando os efeitos do programa, mesmo que a praia perca a bandeira. De acordo com Ruschmann (2013, p.73) a educação para o turista vai além do conhecimento durante as férias, elas tem que se prolongar no dia-a-dia, em sua residência ou na rua. Assim formando cidadãos conscientes dentro e fora das férias.

3.1. Resultados da análise documental

Como foi visto nos capítulos anteriores, há várias formas de mitigar os impactos causados pelo turismo, e várias formas de interpretar os segmentos de turismo, abrindo um leque para a dualidade e o que se deve ou o que se quer usar dentro das interpretações, mas para análise deste trabalho a bandeira azul se torna um bom pontapé inicial para se buscar uma certificação própria e assim sendo uma forma de diminuir os impactos causados pelo segmento, neste capítulo serão

mostrados os pontos em que os indicadores de Sachs se encontram e desenvolvem com as dimensões pedidas pela Bandeira Azul. De acordo com a tabela mostrada neste capítulo à frente podemos perceber onde eles se encaixam e que há paridade entre eles.

No que tange ao critério social, onde Sachs (2009) traz que se almeja o alcance de um patamar razoável de homogeneidade social, com emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente, distribuição de renda justa e igualdade em acesso aos recursos e serviços é possível colocar esses critérios elaborados pela Bandeira Azul, partindo do princípio que todos devem ter acesso a praias e que seja de forma de boa qualidade, então “*Devem ser implementadas medidas apropriadas de segurança pública*”, exemplo de medida tomada para tal e que só pode ser contratados seguranças com certificação nacional/internacional e os mesmos não podem servir para outras funções; “*Equipamentos de primeiros-socorros devem estar disponíveis na praia*”, garantindo assim a segurança e qualidade de vida; “*Existência de planos de emergência para combater riscos por acidentes de poluição*” Uma pessoa local é responsável e deve ser chamada em caso de incidente de poluição, ela deve estar especificada no plano de emergência. “*Existência de um plano de gerenciamento para diferentes usuários e usos da praia para evitar conflitos e acidentes*” a forma de uso de banhistas e embarcações delimitadas e mostradas no mapa, toda e qualquer pessoa pode utilizar a área de praia, sendo inaceitável qualquer cobrança ou impedimento de acesso, desde que não afete o local; “*Existência de medidas de segurança para os usuários e acesso livre e seguro até a praia*” outro critério que garante a segurança e qualidade de vida, pois dispõe sobre acessos como corrimão, sinalização de faixa de pedestres caso necessite, estacionamentos, acesso de pessoas com deficiência física, o público deve se sentir e estar seguro, se necessário a contratação de um guarda trajando uniforme sendo facilmente identificado. Já que por ser um programa de caráter voluntário as questões de emprego não aparecem de forma explícita, mas sim a partir da capacidade da contratação de pessoas, na maioria das vezes locais, para prestar os serviços exigidos pelos critérios da bandeira.

No que tange ao critério cultural, em que Sachs (2009) relata que são necessárias mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação), capacidade de autonomia para elaboração de um projeto

nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas) e autoconfiança, combinada com abertura para o mundo. Podemos elencar estes critérios, *“meios de transporte sustentáveis devem ser estimulados na área da praia”* incentivando assim o uso de transporte público até mesmo para chegar à praia, incentivar ciclovias, aluguéis de transportes sustentáveis entre outros que pode acarretar na mudança interior das pessoas que utilizam as praias, tornando as conscientes de seus danos. *“Pelo menos uma praia do município deve estar equipada para receber pessoas com necessidades especiais.”* Dentro deste plano pode-se dizer que ao pensar nas necessidades especiais, já configura um projeto diferente onde geralmente vemos que as normas não são seguidas corretamente. E o *“policiamento na área da praia”* de certa forma pode abrir para o mundo, já que a segurança do local é um incentivo e uma demanda do turista.

No que tange ao critério ambiental, Sachs (2009) trata sobre o respeito e realçamento da capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais e está correlacionado a *“informações sobre a qualidade da água devem ser apresentadas”*; *“A praia deve cumprir completamente os requisitos de amostragem e frequência da qualidade da água”*, pois de acordo com a amostragem é possível saber da existência de substâncias malélicas a saúde e se as águas estão próprias para banho no período da bandeira hasteada. *“A praia deve cumprir integralmente os padrões e requisitos para a análise de água”*; *“A praia deve cumprir os requisitos Bandeira Azul para o parâmetro microbiológico Escherichia coli (bactéria das coli fecais) e enterococos intestinais (estreptococos)”*; *“A praia deve atender ao padrão de qualidade Bandeira Azul para os parâmetros físico-químicos”* seguindo o mesmo princípio de análise e informação sobre as águas e sua utilização, sendo capazes de analisar os detritos que são jogados na água, por usuários ou correntes marítimas que os trazem. Podendo entender a capacidade de renovação e equilíbrio para que as pessoas possam usufruir o melhor ambiente. E por fim *“A praia deve estar limpa”*, critério básico e imprescindível que ajuda na manutenção e permanência da bandeira hasteada, todas as áreas da praia desde estacionamento, trilhas e outros devem ser mantidas limpas.

No que tange ao critério ecológico, Sachs (2009) relacionada a preservar o potencial do capital natural em sua produção de recursos renováveis e a limitar o uso dos recursos não renováveis. *“Atividades de educação ambiental devem ser*

oferecidas e divulgadas aos usuários da praia” para poder exercitar a capacidade humana em preservar o capital natural é necessária atividades que os ensinem a ter/saber como se portar diante de locais que exigem mais cuidado ao ser visitado; “Informações relativas a ecossistemas locais, fenômenos naturais, áreas naturais sensíveis e áreas de importante valor cultural ser disponibilizadas” para propagar informações sobre como se relacionar com o local, para conseguir preservá-lo, nas informações devem ser incluídos detalhes sobre a área natural e indicações sobre comportamento para os visitantes; “Áreas sensíveis devem ser gerenciadas” e “Habitats sensíveis, marinhos ou de água doce (como recifes de corais ou bancos de algas) localizados nas proximidades da praia devem ser monitorados”, tendo em vista que este critério serve para preservar o natural e limitar o uso de recursos não renováveis, é necessário um gerenciamento de toda a área da praia, que é delimitada na abertura do pedido, para saber o que pode ser utilizado do local e sua capacidade de receber visitantes, a bandeira azul só é dada a lugares que tem a possibilidade de receber os usuários da praia ou visitantes de forma a não degradar ou causar menos danos para prevenir que não sejam irreversíveis; “Algas ou detritos naturais devem ser deixados na praia” restringindo o acesso ao recurso natural que geralmente as pessoas tendem a levar uma “lembrança” pra casa, informando que todas as coisas da praia devem permanecer na praia. Importante salientar que há necessidade de manejo, aceitar os depósitos naturais pelas marés e ondas na praia, desde que não representem incômodos ou riscos aos usuários.

No que tange ao critério territorial, Sachs (2009) refere-se a configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público), melhoria do ambiente urbano, superação das disparidades inter-regionais e estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento). As condições que são correlacionadas a ela são *“Um mapa da praia deverá ser disponibilizado”*, para saber a delimitação da área onde a Bandeira Azul estará atuando, para fazer as melhorias no meio ambiente; *“Descargas de águas residuais, industriais ou urbanas não devem afetar a praia”*, deve-se ter identificação das águas e possíveis fontes de poluição descritas, se houver despejos industriais devem ser documentadas e tentar extinguir ou mitigar os impactos causados por ela; *“Existência de recipientes para lixo na praia, em bom*

estado de conservação, seguros e em número adequado, regularmente esvaziados e limpos”, apesar de toda a praia não ser ecologicamente frágil, essa estratégia de desenvolvimento também conta como se fosse territorial, já que é importante manter a praia limpa para se ter a conservação correta dos ambiente. Contando com lixeiras na praia e elas devem ser mantidas limpas regularmente e o intervalo entre elas e o tempo pela qual elas devem ser limpas é aumentado de acordo com a demanda durante a temporada.

No que tange ao critério econômico, Sachs (2009) retrata o desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado, segurança alimentar, capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção, razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica e inserção soberana na economia internacional. *“Um comitê de gestão da praia deve ser estabelecido”*, o comitê garantirá que os critérios serão cumpridos, deve ser composto por todos os atores relevantes a nível local. No Brasil existe o Projeto Orla, que pode ser usado como comitê de várias cidades, pois não há necessidade de vários, mas se os atores locais quiserem criar outro comitê cada praia pode ter o seu. É importante que em cada comitê seja designado um representante da sociedade civil, pertencente à organização não governamental estabelecida e reconhecida como tal, a fim de ser o contato do Instituto Ambiental Ratoões com o comitê; *“Existência uma fonte de água potável disponível na praia”*. Assim como se deve ter segurança alimentar, nesse contexto o critério da Bandeira Azul relata que deve ter uma fonte de água potável na praia, protegida de contaminação e apropriada para consumo.

No que tange o critério política nacional, Sachs (2009) trabalha a democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos, o desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores e um nível razoável de coesão social *“Código de Conduta que reflita as leis e normas relativas ao uso da praia e arredores deve ser apresentado”*; Exigindo um processo participativo para definir o Código de Conduta na praia, tendo que levar em consideração a opinião da comunidade local e sendo indispensável a presença do comitê gestor, o Estado que o escolhe é capaz de desenvolver e implementar o projeto Bandeira Azul, reunindo todas as classes envolvidas e até mesmo apenas atingidas para criação do Código levando a um nível razoável de coesão; *“A praia deve estar de acordo com todas as*

regulamentações que influenciam a gestão da praia”. Apesar da praia precisar cumprir leis e/ou normas de regulamentação, elas são mutáveis para cada estado ou país, mas tendo que ser aprovadas por júris internacionais caso haja alguma mudança muito discrepante, mesmo assim ainda há capacidade de desenvolver o projeto. O programa sempre leva em conta o envolvimento da comunidade local na criação e formação de documentos necessários para utilização do solo, Código de Conduta entre outros caso não haja anteriores. “*O Programa Bandeira Azul incentiva que a comunidade local realize projetos de desenvolvimento sustentável no qual a participação pública é um elemento chave*”. (Bandeira Azul, 2018, p.22)

No que tange ao critério política internacional, Sachs (2009) se baseia na eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional, um Pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio da igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco), controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios, controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais, prevenção das mudanças globais negativas, proteção da diversidade biológica (e cultural), gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade e sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter commodity da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade. Por ser um critério que usa de diplomacias entre países e o documento da Bandeira Azul ser flexível, fica por conta do próprio documento da Bandeira Azul ser o critério de política internacional, pelo reconhecimento da certificação e gestão e cooperação do uso do meio ambiente e dos recursos naturais para herança comum da humanidade.

Alguns critérios no documento da Bandeira Azul podem ser taxados em mais de uma dimensão de Sachs, pois como visto durante o trabalho, os elementos que são trabalhados na elaboração de projetos necessitam estar relacionados para ter mais chances de obter sucesso na preservação do meio ambiente e para conseguir mitigar os impactos negativos causados pelo turismo.

Tabela 2: Dimensões de sustentabilidade de Sachs relacionadas a critérios exigidos pela Bandeira Azul

(Continua)

Dimensões Sachs	Social	Cultural	Ambiental	Ecológico	Territorial	Econômico	Política Nacional	Política Internacional
Critérios Bandeira Azul	Devem ser implementadas medidas apropriadas de segurança pública.	Meios de transporte sustentáveis devem ser estimulados na área da praia	Informações sobre a qualidade da água devem ser apresentadas.	Atividades de educação ambiental devem ser oferecidas e divulgadas aos usuários da praia	Um mapa da praia deverá ser disponibilizado.	Um comitê de gestão da praia deve ser estabelecido.	Código de Conduta que reflita as leis e normas relativas ao uso da praia e arredores deve ser apresentado.	Programa Bandeira Azul
	Equipamentos de primeiros-socorros devem estar disponíveis na praia.	Pelo menos uma praia do município deve estar equipada para receber pessoas com necessidades especiais.	A praia deve cumprir completamente os requisitos de amostragem e frequência da qualidade da água.	Informações relativas a ecossistemas locais, fenômenos naturais, áreas naturais sensíveis e áreas de importante valor cultural ser disponibilizadas.	Descargas de águas residuais, industriais ou urbanas não devem afetar a praia.	Existência uma fonte de água potável disponível na praia.	A praia deve estar de acordo com todas as regulamentações que influenciam a gestão da praia.	
	Existência de planos de emergência para combater riscos por acidentes de poluição.	Policiamento na área da praia	A praia deve cumprir integralmente os padrões e requisitos para a análise de água.	Áreas sensíveis devem ser gerenciadas	Existência de recipientes para lixo na praia, em bom estado de conservação, seguros e em número adequado, regularmente esvaziados e limpos.			

Dimensões Sachs	Social	Cultural	Ambiental	Ecológico	Territorial	Econômico	Política Nacional
Critérios Bandeira Azul	Existência de um plano de gerenciamento para diferentes usuários e usos da praia para evitar conflitos e acidentes.		A praia deve cumprir os requisitos Bandeira Azul para o parâmetro microbiológico Escherichia coli (bactéria das coli fecais) e enterococos intestinais (estreptococos)	Algas ou detritos naturais devem ser deixados na praia.			
	Existência de medidas de segurança para os usuários e acesso livre e seguro até a praia.		A praia deve atender ao padrão de qualidade Bandeira Azul para os parâmetros físico-químicos.	Habitats sensíveis, marinhos ou de água doce (como recifes de corais ou bancos de algas) localizados nas proximidades da praia devem ser monitorados.			
			A praia deve estar limpa.				

Fonte: Elaborada pela autora, 2019

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo um dos objetivos específicos, identificar a história do turismo de sol e praia no mundo e no Brasil, vemos que o turismo é uma atividade que em sua maior parte é feita de modo planejado e utilizado para transformar os meios, sejam eles naturais, culturais, sociais entre outros. Foi reconhecido, primeiramente, para ser uma grande contribuição econômica, sendo assim alguns dos elementos que o envolvem como o lado social e ambiental acabam ficando esquecidos. O turismo de sol e praia sendo um dos principais segmentos cresce, geralmente, de forma desorganizada. É visto que grandes praias vão sendo reconhecidas chegam a ficar lotadas, são criados equipamentos para produzir e atender a demanda das grandes épocas, mas depois que acaba as férias, os equipamentos ficam com baixa e/ou sem utilização.

Tendo em vista que é um dos principais segmentos, o turismo de sol e praia não fica de fora de causar impactos, tanto positivos quanto negativos. Como não é fácil criar leis para punir os que poluem ambientes públicos, por conta de fiscalização. E as que são criadas geralmente são restringidas/focadas em ambientes naturais, como parques. É notável que as decisões, geralmente, são tomadas de forma individual. De certa forma as pautas de sustentabilidade no ambiente marítimo ganham visibilidade do governo/estado e a população também se desperta para as discussões. Criam-se organizações, grandes ou pequenos grupos para trabalhar e ajudar a mitigar os danos causados ao meio ambiente. Desde pequenas ações, como diminuir o consumo, separar o próprio lixo a grandes ações apoiadas pelo governo, como as certificações.

As certificações são um ótimo passo para ajudar os usuários a reconhecer quais empresas/locais trabalham de forma sustentável e de forma que não só usem o nome “verde” e não o façam de verdade, pois as certificações elas precisam ser avaliadas e fiscalizadas de tempos em tempos, para manter os selos que os diferem de outros produtos. A parte que torna difícil aceitarem com facilidade a certificação advém das empresas conseguirem seguir tantas exigências, mas se elas passam dessa parte ganham visibilidade e abertura de mercado maior. No Brasil há vários tipos de certificações para o turismo, para restaurantes, hotéis e equipamentos que compõe o turismo mesmo que indiretamente, mas poucos quando se refere ao

turismo de sol e praia. O que vemos são programas ou eventos temporários para mitigar os danos. No trabalho tem-se como segundo objetivo específico mapear algumas certificações existentes no mundo e foram escolhidos países que possuem o Programa Bandeira Azul, que é o tema central do trabalho. No Brasil, temos a certificação Bandeira Azul e a Praia Limpa.

A Bandeira Azul é uma certificação reconhecida internacionalmente, que vem promovendo o desenvolvimento sustentável por meio de educação e informação ambiental para além dos turistas, conscientizar também os moradores e trabalhar para que haja uma integração de todos os componentes que constituem o turismo de sol e praia, como a qualidade da água, a segurança e os serviços prestados em volta, a parte da gestão ambiental e pensando na responsabilidade social, tentando empregar ou saber dos interesses dos que são considerados locais.

Como último objetivo o trabalho traz uma análise dos critérios exigidos pela Bandeira Azul, tendo em vista as dimensões de sustentabilidade criadas por Sachs, e é perceptível que as exigências da bandeira seguem um padrão de sustentabilidade criado por um autor importante na área. E são exigências que podem ser usadas não apenas nos quadros em que foram colocados, pois como se pede as demandas tem que ser integrativas, necessitam trabalhar em conjunto, não se pode esquecer uma área, especialmente em um planejamento, para conseguir mitigar os impactos negativos por eles causados para ter um bom desenvolvimento contínuo sem que a praia ou local em questão morra/ pare de funcionar por não conseguir trabalhar com seus períodos de baixa temporada. Em virtude dessa análise é possível constatar que as exigências da bandeira azul seguiram um padrão de sustentabilidade podendo ser um bom critério a ser usado para minimizar os impactos criados pelo turismo de sol e praia.

REFERÊNCIAS

AVELINE, Carlos Cardoso. **A vida secreta da natureza**: Uma Iniciação à Ecologia Profunda. Blumenau: Furb, 1999.

BARROS, Francisco J.L. de. **Política de Turismo e Desenvolvimento Local**: Avaliação do PRODETUR/NE I no município de Paraipaba-CE. 2009. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Ceara, Fortaleza - CE, 2009. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/5929/1/2009-DIS-FJLBARROS.pdf>> Acesso em: 17 jun. 2019.

BONFADA, Patricia Lopes Branco et al . El turismo de salud y el uso terapéutico del agua. **Estud. perspect. tur.**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires , v. 20, n. 2, p. 462-477, abr. 2011 . Disponível em <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-17322011000200011&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 23 mar. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo - 2018-2022**: Mais Emprego e Renda para o Brasil. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/2015-03-09-13-54-27.html>> Acesso em 20 de maio de 2019.

CASTRO, Joana L. M. R. e. **SAZONALIDADE NO TURISMO**: NOVOS DESAFIOS À SUSTENTABILIDADE – O caso prático do troiaresort. 2013. Projeto (Mestrado em Gestão) - Instituto Universitário de Lisboa, Fortaleza - CE, 2009. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/8261/1/sazonalidade_no_turismo.pdf> Acesso em: 17 mar. 2019.

CLEAN BEACHES COALITION. **Clean Beaches Coalition**. Disponível em: <<http://www.cleanbeaches.com/media-list.html>> Acesso em: 3 mai. 2019.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Pesquisa em Turismo**: Planejamento, Métodos e Técnicas. 9. ed. rev. e amp. São Paulo: Futura, 1998.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do Turismo**: Política e Desenvolvimento do Turismo no Brasil. 1. ed. 2003 - 3. reimpr - São Paulo: Atlas S.A., 2008.

DIAS, Reinaldo; AGUIAR, Marina Rodrigues de. **Fundamentos do Turismo: conceitos, normas e definições**. Campinas, SP: Alínea, 2002.

FRANCO, A. C. N. P. **Blue Flag Programme: a Importância da Certificação das Praias**. Techoje. Disponível em: <http://www.techoje.com.br/site/techoje/categoria/detalhe_artigo/756> Acesso em: 03 mai. 2019.

GURGEL, Geraldo. Turismo avança com certificação Bandeira Azul. **Ministério do Turismo**. 2018. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/11598-turismo-avan%C3%A7a-com-certifica%C3%A7%C3%A3o-bandeira-azul.html>> Acesso em: 04 jun. 2019.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo: Para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. 3. ed. rev. e amp. São Paulo: Aleph, 2009.

LA NACION. **Certificaciones de playas en Latinoamérica**. 2013. Disponível em: <<https://www.nacion.com/opinion/foros/certificaciones-de-playas-en-latinoamerica/JYIT7Z3DVNBRPFU4EJXT6KK32Q/story/>> Acesso em: 14 mai. 2019.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Coordenação Geral de Regionalização. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Turismo e Sustentabilidade**. 1. ed. Brasília: [s. n.], 2007. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/turismo_e_sustentabilidade.pdf. Acesso em: 27 abr. 2019.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. **Turismo de sol e praia: Orientações Básicas**. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_de_Sol_e_Praia_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf> Acesso em: 1 abr. 2019.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Anuário Estatístico de Turismo 2018: Ano Base 2017**. 1. ed, v. 45. 2018. Disponível

em: <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-53-05.html>>. Acesso em: 11 abr. 2019.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Marcos Conceituais**. 2006. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/assuntos/5292-caderno-e-manuais-de-segmenta%C3%A7%C3%A3o.html>>. Acesso em: 1 abr. 2019.

NINNI, Karina . 'Mares são os pulmões do mundo', diz cientista. **Estadão**. 2011. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/noticias/geral,mares-sao-os-pulmoes-do-mundo-diz-cientista-imp-,766404.>> Acesso em: 16 mar. 2019.

NORONHA, Luis. **O que é Turismo Sustentável?**. 2013. Disponível em: <[https://www.telanon.info/suplemento/opiniao/2013/04/06/12852/o-que-e-turismo-sustentavel/.](https://www.telanon.info/suplemento/opiniao/2013/04/06/12852/o-que-e-turismo-sustentavel/)> Acesso em: 25 abr. 2019.

PROGRAMA BANDEIRA AZUL. **Bandeira Azul**. Disponível em: <<http://www.bandeiraazul.org.br/locais-certificados/>>. Acesso em: 3 mai. 2019.

QUEVEDO, Mariana (org.). **Turismo na Era do Conhecimento**. 1. ed. Florianópolis/SC: Pandion Ltda., 2007.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Turismo e Planejamento Sustentável: A proteção do meio ambiente**. 16. ed. 2012 - 2. reimpr - Campinas, SP: Papyrus, 2013.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SOLOMON, Michael R. **O Comportamento do Consumidor: Comprando, Possuindo e Sendo**. Tradução: Beth Honorato. 11. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.

SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável: Conceitos e Impacto Ambiental**. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2000. v. 1.

URRY, John. **O olhar do Turista: Lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. Tradução: Carlos Eugênio Marcondes de Moura. 3. ed. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 2001.

WEARING, Stephen; NEIL, John. **Ecoturismo**: Impactos, Potencialidades e Possibilidades. São Paulo: Manoele, 2001.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. Indicators of Sustainable Development for Tourism Destinations:: A Guidebook. Madri - Espanha: World Tourism Organization, 2004. ISBN 92-844-0726-5. Disponível em: <<http://www.adriaticgreenet.org/icareforeurope/wp-content/uploads/2013/11/Indicators-of-Sustainable-Development-for-Tourism-Destinations-A-Guide-Book-by-UNWTO.pdf>> Acesso em: 27 jun. 2019.

WWF - BRASIL. Programa de Turismo e Meio Ambiente. **Certificação em Turismo**: Lições mundiais e recomendações para o Brasil. Brasília: [s. n.], 2001. v. IX. Disponível em: <<http://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/images/abook/pdf/Certificacao%20em%20Turismo-%20lies%20mundiais%20e%20recomendaes%20para%20o%20Brasil.pdf>> Acesso em: 20 mar. 2019.

XAVIER, Adriana Cristina. O papel social do turismo. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 6, n.1, 2006. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/107>> Acesso em: 15 mar. 2019.

YÁZIGI, Eduardo. **Turismo**: uma esperança condicional. São Paulo: Global, 1999.